



Grupo Municipal do PCP

Senhor Presidente da AML e membros da mesa,

Sr. Presidente da Câmara

Senhoras e Senhores vereadores,

Senhoras e Senhores Deputados,

Trabalhadores da AML e público presente,

A política cultural da Câmara Municipal de Lisboa, sob a presidência de Carlos Moedas, caracteriza-se por um profundo desfasamento entre o discurso público e a prática concreta. Esse desfasamento é hoje visível no Orçamento e no Plano de Actividades da EGEAC para 2026, bem como nas Grandes Opções do Plano recentemente aprovadas.

Fala-se de “excelência”, de “gestão moderna”. Mas o que encontramos, na realidade, é a continuação e o aprofundamento de uma lógica neoliberal que trata a cultura como produto de transacção, os equipamentos públicos como activos económicos e os trabalhadores como um custo a reduzir.

A EGEAC foi criada para assegurar uma política cultural pública, democrática e acessível. No entanto, o que este Orçamento revela é a persistência da precarização laboral, a ausência de uma política séria de valorização dos trabalhadores e o incumprimento de compromissos assumidos.

Estas opções políticas não são neutras. É a escolha de subcontratar, concessionar e externalizar. É a escolha de enfraquecer a gestão pública directa dos equipamentos culturais. É a escolha de afastar os trabalhadores e os agentes culturais das decisões.

Os exemplos acumulam-se. Desde o Teatro Maria Matos, entregue à gestão privada após investimento público significativo, até à incapacidade de garantir soluções estáveis e dignas para várias estruturas culturais da cidade, sufocadas pelo aumento das rendas. Em vez de uma rede pública forte, articulada e descentralizada, temos uma política fragmentada, dependente de lógicas de mercado e alheia às necessidades do município.

Ao mesmo tempo, esta maioria continua a adiar ou a esvaziar instrumentos fundamentais de democracia cultural. O Conselho Municipal de Cultura, aprovado por proposta do PCP ainda em 2020, continua por implementar. Um órgão essencial para ouvir a cidade, os trabalhadores, as associações, os criadores, simplesmente ignorado por esta gestão.

Ao contrário do que sucede com este executivo, o PCP tem sido coerente nesta matéria. Apresentámos propostas para reforçar bibliotecas, valorizar o património, apoiar o movimento associativo popular, garantir acessibilidade e inclusão, descentralizar a política cultural e afirmar o direito à cultura como direito fundamental. Muitas dessas propostas foram aprovadas por esta Assembleia. O problema é que não estão a ser concretizadas.



Grupo Municipal do PCP

Destacamos, fruto da nossa intervenção, o exemplo do Festival Internacional de Literatura e de Língua Portuguesa “Lisboa Cinco L”, cuja consolidação e valorização o PCP propõe como parte integrante de uma estratégia cultural para Lisboa. Falamos de um festival pensado não como evento pontual ou de elite, mas como projecto regular, com visibilidade internacional, enraizado na cidade, articulado com escolas, universidades, freguesias, livrarias independentes, envolvendo a população local e garantindo diversidade estética, pluralidade de géneros e alargamento de públicos.

Este exemplo demonstra bem as diferenças: enquanto o PCP defende uma cultura participada, descentralizada no território e democratizadora, este executivo persiste numa lógica de eventos avulsos, sem continuidade, sem articulação territorial e sem uma visão estratégica para a cidade.

Ou temos uma cidade onde a cultura é motor de desenvolvimento humano, social e democrático, ou temos uma cidade onde a cultura é subordinada à lógica do evento, da marca e do negócio.

Outro aspecto que não pode deixar de nos preocupar é o silêncio do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa face ao que foi publicamente afirmado na anterior sessão da Assembleia Municipal de Lisboa, na qual foi apresentada e defendida a ideia de que uma maioria política saída de eleições pode censurar a cultura quando esta se afirma na defesa da democracia, da diversidade, da inclusão e do encontro de culturas.

Neste quadro, é legítimo exigir garantias claras de que o Senhor Presidente rejeita uma visão da cultura assente na censura e na exclusão, assumindo, em sentido oposto, um compromisso firme com a liberdade de criação, os valores democráticos e o pluralismo, bem como a garantia de que a Câmara Municipal de Lisboa defenderá os agentes culturais contra a violência simbólica, e não tão simbólica, que se tende a normalizar. O repúdio claro desta visão é o mínimo que se exige de quem se quer distanciar dela e afirmar que não aceita ser cúmplice dessa violência.

A cultura não é uma mercadoria, os equipamentos públicos não podem ser encarados como oportunidades de negócio, nem os recursos da Câmara Municipal devem ser utilizados para condicionar ou censurar a livre expressão de quem produz cultura nesta cidade.

Para terminar, perguntamos:

Se a cultura é uma prioridade para esta Câmara, por que razão não apresenta uma estratégia cultural para a cidade, limitando-se a uma gestão operacional dos equipamentos, sem visão, sem articulação territorial e sem compromisso com a democratização do acesso à cultura?

Sr. Presidente, considera normal que um teatro municipal, requalificado com investimento público, continue entregue à gestão privada, afastando o município da definição da sua missão cultural? Quando pensa o Executivo assumir, de forma clara, o compromisso de devolver o Teatro Maria Matos à gestão pública directa?



Grupo Municipal do PCP

Sr. Presidente, por que razão o Conselho Municipal de Cultura aprovado em 2020 continua por implementar? É falta de vontade política ou é opção deliberada desta maioria governar a cultura sem ouvir a cidade, os trabalhadores e os criadores?

No que respeita ao Fórum Lisboa, um equipamento com uma profunda carga simbólica, histórica e cultural, preocupa-nos a intenção expressa de "garantir a sua efectiva devolução ao sector cultural"? O que significa, afinal, "devolver" este espaço à cultura? O Fórum Lisboa, para além de ser o espaço da Assembleia Municipal, tendo as condições adequadas para o funcionamento deste importante órgão, tem acolhido inúmeros espectáculos das mais variadas entidades e associações. Tememos que esta devolução signifique antes a mercantilização deste espaço apetecível ao negócio privado, o que seria inaceitável.

Por fim, Sr. Presidente, como justifica que um Orçamento da EGEAC que proclama "excelência operacional" continue a assentar na precariedade, na ausência de valorização das carreiras e no incumprimento de compromissos com os trabalhadores?

Considera que é possível haver política cultural pública sem respeito por quem diariamente a concretiza?

Sofia Lisboa
Deputada Municipal do PCP